



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**ATA**

**137ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**CNPS**

24 de outubro de 2007  
Brasília – DF



58 CNA – João Cândido de Oliveira Neto  
59 CNI – Aurélio Marcio Nogueira  
60 CNM – Paulo Roberto Ziulkoski  
61 CNT – Marcos Machado Soares

62

## 63 **II – ABERTURA**

64

65 Presidindo a Mesa, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Luiz  
66 Marinho, abriu a 137ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social, desejando  
67 bom dia aos Senhores Conselheiros e em especial aos convidados representantes dos países de  
68 língua portuguesa da África. Prestou uma homenagem à ONU que estava completando 60 anos de  
69 existência. Discorreu sobre a maneira de governar do Presidente Lula que é de forma aberta para  
70 diálogos, negociação e interação com os diversos segmentos da sociedade. Destacou a  
71 importância dos Conselhos que foram criados no governo atual como, por exemplo, o Conselho de  
72 Desenvolvimento Econômico Social, o CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e  
73 Nutricional. Ressaltou que no início do mandato do Presidente Lula a imprensa o questionava  
74 muito sobre o seu jeito de governar, perguntando se não era um assembleísmo sindical visto que  
75 ele era de origem sindical. Enfatizou que a sua reeleição, pelo povo brasileiro, comprovou a  
76 aceitação do seu governo. Destacou que já houve grandes mudanças no país desde o início do  
77 governo Lula – 2003. Destacou ainda o papel importante da Previdência Social na distribuição de  
78 renda no nosso país. Desejou a todos um bom trabalho, uma boa estada aos convidados  
79 representantes de língua portuguesa da África. O Senhor Wagner de Sousa da Social Democracia  
80 Sindical pediu a palavra e externou, em nome da bancada dos trabalhadores, as felicitações aos  
81 representantes de língua portuguesa da África e ao Excelentíssimo Senhor Ministro, Luiz Marinho,  
82 por estar sempre aberto ao mundo. Sugeriu que os representantes de cada país tomassem lugar à  
83 mesa, o que foi aceito pelo Senhor Presidente.

84

## 85 **III – EXPEDIENTE**

86

87 O Senhor Presidente submeteu à votação a Ata da 136ª Reunião Ordinária, realizada no dia 26 de  
88 setembro de 2007, a qual foi aprovada por unanimidade.

89

## 90 **IV – ORDEM DO DIA**

91

92 1 – Intercâmbio com a comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa no âmbito da  
93 Previdência Social

94

95 O Senhor Conselheiro Roberto Nogueira pediu a palavra e também deu as boas vindas aos  
96 representantes de cada país da África em nome da bancada dos empregadores. O Senhor  
97 Conselheiro Jorge Higashino, em nome da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, se  
98 colocou à disposição para troca de informações e deu as boas vindas aos representantes de  
99 língua portuguesa da África. A Senhora Conselheira Josepha Theotônia saudou os representantes  
100 de língua portuguesa da África em nome dos aposentados do Brasil. O Senhor Sebastião Adão  
101 Miscinge – representante de Angola - África – pediu a palavra e disse que ele era o Diretor Geral  
102 de Segurança Social e que em Angola havia o Conselho Nacional de Segurança Social em que o  
103 estado, os trabalhadores, representados pelos Sindicatos e os empregadores o integravam, mas  
104 que não havia ainda a representação dos aposentados. Solicitou o regulamento do Conselho de  
105 Previdência Social brasileiro. A Senhora Juanilda Alves – representante de Cabo Verde - África –  
106 também pediu a palavra, cumprimentou a todos os presentes e ressaltou que havia semelhança do  
107 Conselho da Segurança Social de Cabo Verde com o Conselho Nacional de Previdência Social no  
108 Brasil, pois os representantes dos trabalhadores, dos empregadores e representantes do governo  
109 o integravam. Citou que o Conselho de Cabo Verde se reunia duas vezes por ano e que os  
110 membros também tinham assento na Organização Internacional do Trabalho. Citou ainda, que ela  
111 também era membra do Órgão Legislativo de Cabo Verde. A Senhora Lídia Arão – representante  
112 de Moçambique – África – pediu a palavra e informou que ela fazia parte do Instituto Nacional de

113 Segurança Social que era tripartite e que se assemelhava muito com o Conselho Nacional de  
114 Previdência Social no Brasil. Felicitou à OIT – Organização Internacional do Trabalho – e os seus  
115 representantes pelo setuagésimo aniversário da organização e solicitou a legislação relativa ao  
116 funcionamento do Conselho. A Senhora Maria Olívia – representante de São Tomé e Príncipe –  
117 África – pediu a palavra e disse que era Diretora de Segurança Social em São Tomé. Saudou o  
118 Senhor Ministro da Previdência Social pelo acolhimento. Ressaltou que em São Tomé também  
119 havia um Conselho tripartite e que os aposentados ainda não tinham representação nele. O  
120 Senhor José Pereira - representante de Guiné-Bissau – África – pediu a palavra e agradeceu pela  
121 hospitalidade do povo brasileiro em especial ao Senhor Ministro de Previdência Social pelo  
122 acolhimento. Ressaltou que em Guiné também há o Conselho Nacional da Consertação Social –  
123 que é tripartite –, e o INPS - Instituto Nacional da Previdência Social – entidade gestora do sistema  
124 da Previdência Social Guineense. Destacou que será criado o Conselho Nacional da Proteção  
125 Social que será tripartite também e que funcionará em estreita dependência do Primeiro Ministro.  
126 Ressaltou que a experiência brasileira de prover a representação dos aposentados no Conselho é  
127 extremamente importante. O Senhor Presidente informou aos representantes de língua portuguesa  
128 da África que o Regimento Interno do Conselho seria disponibilizado a todos. Destacou que seria  
129 realizado um programa de continuidade da visita técnica em parceria com a OIT visando também à  
130 visita de outros países para participarem de processo de qualificação de estatística atuarial,  
131 informação, gestão, perícia médica. Ressaltou que estava sendo organizado um programa de  
132 qualificação para os nossos países irmãos de língua portuguesa. O Senhor Vinicius Pinheiro –  
133 representante da OIT – pediu a palavra e fez um breve relato da história da OIT e destacou que a  
134 sua estrutura era o tripartismo. Disse que o Conselho Nacional de Previdência Social já havia  
135 avançado dessa estrutura porque ele era quadripartite. Ressaltou que estava sendo definido um  
136 programa muito estruturado com atividades de cooperação técnica para a visita de outros países  
137 como, por exemplo, Portugal. Destacou o uso do ensino à distância como ferramenta para  
138 disseminar conhecimentos. Informou que, juntamente com o Senhor Secretário de Políticas para a  
139 Previdência Social, Helmut Schwarzer, estava sendo definido um plano concreto de ação que  
140 aproxime os países – África e Brasil. A Senhora Josepha Theotônia pediu a palavra e sugeriu que  
141 fosse entregue aos representantes de cada país de língua portuguesa na África uma cópia do  
142 Estatuto do Idoso. O Senhor Presidente informou que o Estatuto do Idoso já estava disponível para  
143 ser entregue. Ressaltou que a Escola Previdenciária à Distância tinha acabado de ser inaugurada  
144 para qualificar os servidores, atualizando-os. Destacou que a professora Rosever Pavan é quem  
145 está coordenando a Escola Previdenciária. Agradeceu a presença de todos e a toda a equipe da  
146 OIT pela grande contribuição que certamente darão nessa disseminação do conhecimento.  
147 Passou a coordenação dos trabalhos do Conselho Nacional de Previdência Social para o Senhor  
148 Secretário de Políticas para a Previdência Social, Helmut Schwarzer.

149

## 150 2 – Estrutura e Funcionamento do Conselho Nacional de Previdência Social

151

152 O Senhor Presidente – Secretário de Políticas para a Previdência Social, Helmut Schwarzer – fez  
153 uma apresentação destacando os principais pontos da Estrutura e Funcionamento do Conselho  
154 Nacional de Previdência Social. Citou os vários Conselhos existentes, tais como: CODEFAT –  
155 Trabalho, CNE – Educação, CNS – Saúde, CONAMA – Meio Ambiente, CDES – Desenvolvimento  
156 Econômico e Social, CNAS – Assistência Social, etc. Destacou que Conselho Nacional de  
157 Previdência Social é de deliberação colegiada. Citou que o modelo do Conselho Nacional de  
158 Previdência Social é quadripartite e que ele é constituído por 15 Conselheiros: 6 do governo; 9 da  
159 sociedade civil. Citou as competências do Conselho Nacional de Previdência Social. Além do  
160 Conselho Nacional de Previdência Social existe o Conselho de Previdência Social que funciona  
161 junto às Gerências Executivas. Relacionou os vários assuntos tratados ao longo dos últimos três  
162 anos: Censo Previdenciário; Avaliação das Políticas da Previdência Rural; Programa de Gestão do  
163 atendimento – PGA; Política de Saúde e Segurança do Trabalhador – Nexo Técnico  
164 Epidemiológico; Reforma do Seguro de Acidentes de Trabalho; Crédito Consignado; Orçamento da  
165 Previdência Social e o Programa Plurianual – PPA 2008-2011. Informou a constituição do  
166 Conselho de Previdência Social que é quadripartite e possui 10 Conselheiros: 4 do governo; 6 da  
167 sociedade civil. Citou que o Conselho de Previdência Social junto às Gerências Executivas tem um

168 papel de construir sugestões e não é deliberativo. Informou que a Sônia é a coordenadora do  
169 Conselho Nacional de Previdência Social. Solicitou que a Sônia distribuísse as cópias do  
170 Regimento Interno do Conselho aos representantes dos países de língua português na África.  
171 Propôs aos Senhores Conselheiros que fizessem uma resolução recomendando que o Ministério  
172 da Previdência Social juntasse esforços no sentido de viabilizar a Celebração de um Convênio de  
173 Cooperação Técnica bem como de um Acordo Multilateral de Previdência Social com a  
174 comunidade dos países de Língua Oficial Portuguesa, a qual foi aprovada por unanimidade.  
175 Distribuiu aos representantes dos países de língua portuguesa na África um livro – Tradições  
176 Negras e Políticas Brancas – que foi lançado pela Secretaria de Políticas de Previdência Social, o  
177 qual tratava das populações afro-descendentes no Brasil e da sua relação com a Previdência  
178 Social e um folheto – Panorama da Previdência Social Brasileira – que resumia algumas regras e  
179 alguns dados sobre a previdência brasileira. Informou que o Estatuto do Idoso seria gravado em  
180 CD e distribuído posteriormente. Em seguida, o Senhor Presidente desejou sucesso aos  
181 representantes dos países de língua portuguesa na África em suas visitas no Brasil. Citou alguns  
182 pontos que o impressionou em relação aos representantes dos países de língua portuguesa na  
183 África, tais como: não possuem um corpo médico de peritos e não realizarem estatísticas e  
184 projeções atuariais. Citou as facilidades que o Brasil tem de desenvolver as tarefas cotidianas e a  
185 dificuldades que eles têm em realizar as mesmas atividades. O Senhor Presidente passou a  
186 palavra à Cinara Fredo – Diretoria de Atendimento do INSS – para que ela abordasse o item II da  
187 Ordem do dia.

188

## 189 2 – Plano de Ação do INSS

190

191 A Senhora Cinara Fredo desejou bom dia a todos e iniciou a sua apresentação ressaltando que o  
192 Plano de Ações Prioritárias é uma iniciativa para melhorar o atendimento no INSS e que ele teve  
193 início no dia seis de agosto com previsão de término em dezembro de 2007. Informou que o Plano  
194 de ações Prioritárias possui três frentes: a) desrepresamento dos processos – redução do estoque;  
195 b) ação de esclarecimento aos segurados nas APSs; c) capacitação dos servidores. Citou que os  
196 objetivos do Plano são: 1) acabar com o estoque de processos acima do prazo legal – quarenta e  
197 cinco dias; 2) melhorar o atendimento; 3) antecipar o agendamento; e 4) garantir agilidade na  
198 concessão dos benefícios. Destacou que o foco principal do Plano de Ações Prioritárias são os  
199 processos com reconhecimento inicial para reduzir tempo médio de concessão. Destacou ainda,  
200 que a meta do Plano de Ações Prioritárias é: a) a análise e conclusão de trezentos e cinquenta e  
201 três mil quatrocentos e dezessete processos – habilitados até o dia vinte de junho de 2007 – que  
202 contemplam: o reconhecimento inicial de direitos, processo de recurso e processo de revisão; b)  
203 capacitação para oito mil quatrocentos e noventa e um servidores, todos lotados em agências que  
204 tratam diretamente do atendimento e da análise dos processos. A Senhora Ana Adail –  
205 INSS/DIRBEN – pediu a palavra e falou um pouco sobre como é feito hoje o reconhecimento  
206 inicial. A Senhora Cinara Fredo continuou a sua apresentação citando as especificidades dos  
207 estados do Rio de Janeiro e de São Paulo que são: 1) o volume de processos represados em São  
208 Paulo representa 1/3 dos trezentos e cinquenta e três mil processos, o que representa cento e  
209 doze mil novecentos e onze processos; 2) no Rio de Janeiro o tempo de concessão desses  
210 processos era, em média, de seis meses a um ano; 3) concentração de novos requerimentos que  
211 representavam sessenta por cento da demanda nacional de requerimentos. Ressaltou que a maior  
212 demanda de atendimento se concentrava em São Paulo e Rio de Janeiro. Informou que nos  
213 demais estados o Plano de Ações previa: horas-extras e a capacitação em legislação e  
214 atendimento. Informou ainda que as ações estavam concentradas nos seguintes itens: a)  
215 conclusão dos processos de concessão de benefícios represados por mais de quarenta e cinco  
216 dias; b) a antecipação de agendamento eletrônico com tempo de espera acima de quarenta e  
217 cinco dias; c) outros serviços que possam influenciar positivamente no atendimento. Falou do  
218 desrepresamento dos processos em: São Paulo – com trinta agências e um grupo de trabalho  
219 formado por servidores do interior de São Paulo e de dos demais estados atuando em onze pólos;  
220 e no Rio de Janeiro – a ação contemplava seis APSs com maior tempo médio de concessão; e o  
221 grupo de trabalho era formado por vinte servidores do próprio Estado do Rio de Janeiro e também  
222 de Minas Gerais. Ressaltou que o Plano de Ações previa também uma Ação de Esclarecimento ao

223 segurado incluindo os seguintes itens: a) o combate às filas; b) eliminação de filas residuais; c)  
224 prestação de serviço de orientação e informação ao cidadão; e d) divulgação dos canais remotos:  
225 Central 135 e a *internet*. Destacou que os objetivos da capacitação dos servidores são: 1)  
226 capacitar os servidores para garantir maior segurança no atendimento; 2) aumentar a  
227 produtividade e a eficácia no desempenho das atividades; e 3) evitar que novos estoques de  
228 processos venham a se formar. A Senhora Ana Adail pediu a palavra e acrescentou que foi  
229 possível observar que a segurança que os servidores passaram a ter com a capacitação em  
230 serviço resultou em resolutividade de processos que antes dependiam de um supervisor para a  
231 tomada de decisão. A Senhora Cinara Fredo retomou a apresentação trazendo alguns resultados  
232 parciais após noventa dias de andamento do Plano de Ações Prioritárias, tais como: o  
233 desrepresamento dos processos – iniciou com trezentos e cinquenta e três mil quatrocentos e  
234 dezessete processos em estoques, desse total duzentos e vinte e sete mil quatrocentos e  
235 cinquenta e dois, ou seja, sessenta e quatro por cento já foram analisados; dos processos  
236 concluídos: duzentos e cinco mil oitocentos e quarenta refere-se a reconhecimento inicial;  
237 dezesseis mil seiscentos e vinte e sete refere-se a processos em recurso; e quatro mil novecentos  
238 e oitenta e cinco refere-se a processos de revisão. A Senhora Ana Adail pediu a palavra e  
239 informou que os objetivos de decidir os processos represados anterior a vinte de junho e dar  
240 continuidade àqueles posteriores a vinte de junho e não deixá-los represar estavam sendo  
241 atingidos. A Senhora Cinara Fredo retomou a apresentação mostrando o resultado parcial da  
242 capacitação com quatro mil trezentos e quatro servidores já capacitados. Citou que houve um  
243 grande reflexo no tempo médio de concessão que no início do plano teve o tempo médio de  
244 concessão de sessenta e oito dias. Em São Paulo, a média era de cento e vinte e cinco dias, e no  
245 Rio de Janeiro, era de oitenta e oito dias. Informou que em outubro, quarenta e nove por cento das  
246 agências já concederam os benefícios em menos de trinta dias. Concluiu sua apresentação  
247 destacando que o tempo médio de concessão nacional hoje é de trinta e três dias. O Senhor  
248 Presidente agradeceu à Senhora Cinara Fredo pelas informações prestadas e passou a palavra ao  
249 Senhor Conselheiro Roberto Nogueira que fez algumas colocações sobre o tema abordado. A  
250 Senhora Cinara Fredo e a Senhora Ana Adail reforçaram as colocações do Senhor Conselheiro  
251 Roberto Nogueira. O Senhor Marco Antônio – Presidente do INSS – pediu a palavra e destacou os  
252 três grandes objetivos que estão sendo perseguidos: em primeiro lugar a modernização da própria  
253 gestão que envolve inclusive a substituição da prática de gestão por função, pela gestão por  
254 processo, o que não é simples, em se tratando de uma organização do porte do INSS, e que isso  
255 envolveria a redefinição de sistemas, mapeamento dos processos, estabelecimento de novas  
256 práticas e rotinas de trabalho; em segundo lugar que a modernização da gestão se traduza em  
257 melhorias do atendimento com um tratamento de qualidade segundo padrões de urbanidade e que  
258 se assegure que o segurado efetivamente faça jus ao direito que ele tenha; e em terceiro lugar a  
259 preocupação com a profissionalização da própria gestão no sentido de valorizar profissionalmente  
260 os servidores da Casa nos cargos e postos de comando. Em seguida, o Senhor Marco Antônio  
261 discorreu todas as medidas que estão sendo adotadas para se chegar aos objetivos propostos. O  
262 Senhor Presidente agradeceu a participação do Senhor Marco Antônio e passou a palavra ao  
263 Senhor Conselheiro Nilson Bahia que entregou ao Senhor Presidente um ofício do Sindicato  
264 Nacional dos Aposentados Regional da Bahia. O Senhor Presidente o recebeu e passou a palavra  
265 ao Senhor Conselheiro Jorge Higashino que fez algumas considerações sobre horas-extras,  
266 capacitação, gestão, perícia médica, prestação de informações ao segurado e fraudes. Destacou a  
267 importância do Plano de Ações Prioritárias. O Senhor Marco Antônio pediu a palavra e reforçou as  
268 colocações feitas pelo Senhor Conselheiro Jorge Higashino e destacou principalmente o serviço  
269 de *webcam* que vai ser adotado para as perícias médicas, o que já é utilizado pelo Hospital Sara  
270 Kubitschek. A Senhora Conselheira Josepha Theotônia falou sobre o problema dos advogados. O  
271 Senhor Marco Antônio ressaltou que o problema com os procuradores seja ele advogado ou não é  
272 preocupante e que o primeiro passo para coibir as práticas realizadas por eles são as medidas de  
273 controle como, por exemplo, estabelecer uma chave de acesso através do CPF. O Senhor  
274 Presidente agradeceu mais uma vez a participação do Senhor Marco Antônio, das Senhoras  
275 Cinara Fredo e Ana Adail e passou para o item III da Ordem do dia.

276  
277

### 3 – Novos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

278

279 O Senhor Presidente apresentou que dos 1,3 milhões de beneficiários do sistema de previdência  
280 que recebem pensão ou aposentadoria: retornaram ao mercado de trabalho; permaneceram no  
281 mercado de trabalho sem carteira de trabalho assinada; ou ainda são os conta própria,  
282 representando um total de cinquenta e um milhão e novecentas mil pessoas, ou seja, 64,1%.  
283 Informou que se contassem apenas as pessoas que contribuem diretamente, os assalariados, os  
284 conta próprias, a taxa seria de 52%. Destacou que são vinte nove milhões de pessoas sem  
285 proteção social. Desses vinte nove milhões de pessoas, treze milhões recebem menos que um  
286 salário mínimo. Os que recebem um ou mais de um salário mínimo são 15,4 milhões de pessoas.  
287 Informou que o público alvo para ações de inclusão social por meio da contribuição são esses 15,4  
288 milhões. Ressaltou que para desdobrar o perfil desses 15,4 milhões de pessoas criou-se uma  
289 espécie de mapa da mina para que a equipe do programa de educação da previdência possa  
290 difundir informações e conhecimentos sobre o sistema previdenciário e o porquê da necessidade  
291 de contribuir. Informou ainda que no passado a taxa de cobertura era de 63,5%, ou seja, subiu  
292 0,6%, pois hoje é de 64,1%. Destacou que era um ritmo equivalente ao da década de 90.  
293 Ressaltou que a taxa de proteção social no Brasil está se recuperando gradativamente através de  
294 políticas como as que foram aprovadas no Conselho, tais como: contribuições individuais e o  
295 crescimento econômico; a geração de empregos; a formalização de empregos informais. Informou  
296 que, posteriormente, o Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social divulgaria o conjunto  
297 de dados dessas ações e que seria enviado por *e-mail* a todos os Conselheiros. O Senhor  
298 Conselheiro Jorge Higashino pediu a palavra e acrescentou a questão da longevidade das  
299 pessoas no Brasil que tem mudado muito. O Senhor Presidente destacou que havia dois desafios  
300 pela frente para serem enfrentados: um era a inclusão social, a formalização e o outro a transição  
301 demográfica. A Senhora Conselheira Josepha Theotônia pediu a palavra e informou que em dois  
302 anos ela estaria completando trinta anos como beneficiária da Previdência Social. Solicitou ao  
303 Senhor Presidente que fosse verificado o que levou um aposentado de oitenta anos no Rio de  
304 Janeiro se suicidar.

305

## 306 V – OUTROS ASSUNTOS

307

308 O Senhor Presidente informou aos Senhores conselheiros que em função da tramitação da  
309 emenda constitucional da CPMF, havia sido retirada de tramitação a Medida Provisória nº 385 que  
310 tratava da prorrogação do prazo para os trabalhadores rurais e contribuintes individuais  
311 contribuírem. Informou ainda que foi criado um grupo de trabalho com dirigentes de estados para  
312 se verificar o problema da gestão das certidões de tempo de contribuição nos municípios algo que  
313 tem afetado o Regime Geral de Previdência Social. Informou que o dia 21 de novembro – data da  
314 próxima reunião do Conselho Nacional de Previdência Social – seria a dia provável para a entrega  
315 do relatório do trabalho do Fórum ao Presidente da República. Informou ainda que havia, por parte  
316 do pessoal do Ministério do Turismo – Programa Viaja Mais –, uma avaliação do crédito  
317 consignado do turismo que estava pendente e que provavelmente ocorreria na última reunião do  
318 ano – dia 12/12/2007. Disse que a Sônia estava devendo uma avaliação dos Conselhos de  
319 Previdência Social junto às Gerências Executivas. Ressaltou que a questão do crédito consignado,  
320 a avaliação do Conselho de Previdência Social e o que ainda estivesse pendente seriam a pauta  
321 da próxima reunião. Informou que um dos itens de pauta para dezembro, a última reunião do ano,  
322 seriam as propostas de trabalho do Dataprev, INSS e do Ministério da Previdência social para  
323 2008.

324

## 325 VI – ENCERRAMENTO

326 Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos, desejando-lhes um  
327 bom retorno às suas casas, e declarou encerrada a 137ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional  
328 de Previdência Social. Para constar, eu, \_\_\_\_\_, lavrei a presente ata.  
329 Brasília, 24 de outubro de 2007.